

FORMAÇÃO DOCENTE: DESAFIO DO SÉCULO XXI

Geovane Kercher¹
Ivonete Lunelli Klauck²

RESUMO

A implementação de mudanças na educação, bem como a aceitação das inovações no ensino são processos que apresentam resistências que foram construídas durante anos e que, aparentemente, são conflitantes e insuperáveis. Sendo assim, este artigo visa refletir sobre a formação docente no século XXI perante aos cenários de inclusão educacional por meio de políticas públicas de acesso à educação e as constantes mudanças na sociedade, ocasionadas pelo desenvolvimento tecnológico que se reflete na escola. Também, de forma sucinta, mas objetiva, realçar a importância da formação continuada efetiva para que as diversas gerações de professores possam caminhar superando os desafios de um mundo em constantes transformações e ascensão de novos valores entre os alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Mudanças; Inclusão educacional; tecnologia no ensino; Formação docente.

REFLEXÕES INICIAIS

Ser docente no atual cenário é conviver com diversas mudanças que são resultado da dinâmica da sociedade contemporânea. Frente a este contexto nos propomos a refletir sobre alguns desafios que envolvem a formação docente: a formação inicial dos professores, a inclusão escolar e as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). A formação inicial do professor é o primeiro passo da caminhada, considerando que a cada dia somos desafiados com novas situações e experiências construídas pela interação daqueles que constituem a comunidade escolar, no mundo contemporâneo.

¹ Pós graduando em Práticas Pedagógicas Interdisciplinares e Garantia Dos Direitos pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC – Campus aproximado de Maravilha.

² Professora Orientadora. Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Palmas (1984). Mestrado em Educação pelo Instituto Pedagógico Latino Americano (2000), atualmente atua como Coordenador Pedagógico na EEB Irineu Bornhausen/SC e professora da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC.

Outro fator que merece nossa atenção é a inclusão educacional de pessoas com deficiências no sistema regular de ensino, que faz com que a ação do educador se torne ainda mais significativa na realidade educacional dos alunos, uma vez que compete a este mediar, das mais variadas formas, a transmissão e apropriação de conhecimentos a fim de que todos possam aprender, serem valorizados e respeitados frente a seus limites e capacidades, uma vez que a escola é um espaço plural onde a diversidade é latente.

Ao mesmo tempo nos deparamos ainda com uma sociedade cada vez mais globalizada, impulsionada pela internet, possibilitando as pessoas viverem interligadas pelo mundo inteiro, compartilhando informações das mais variadas formas e difundindo cultura e saberes entre si. Nos dias atuais, as pessoas já nascem inseridas no mundo informatizado onde o uso das novas tecnologias torna-se habitual, e tais reflexos são percebidos na escola, onde estes recursos tornam-se ferramentas que podem contribuir na forma de ensinar e de aprender.

Diante disso, é necessário refletir sobre o desafio que se apresenta a profissão docente em estar constantemente aprimorando-se frente aos novos conhecimentos, bem como a forma como este conhecimento será trabalhado com as novas gerações de alunos que passa a permear a escola, para que não haja um descompasso entre os interesses do professor e do aluno.

1 INCLUSÃO EDUCACIONAL

Nos séculos passados, a educação brasileira foi caracterizada por uma forma de ensino em que o professor falava e os alunos ouviam. O respeito aos mestres era garantido não somente pelo seu conhecimento e capacidade de comunicação, mas também pelas rígidas normas disciplinares que partiam da premissa que ao entrarem na escola todos os alunos eram “iguais” e deveriam ter o mesmo comportamento. O termo inclusão educacional é comumente associado à inclusão escolar de pessoas com deficiência física e mental. Mas o termo significa muito mais, incluir é acolher todas as pessoas, sem exceção, no sistema de ensino, independentemente de cor, classe social e condições físicas e psicológicas.

Neste sentido, no decorrer deste último século, houveram muitos avanços em termos de políticas públicas. O movimento mundial pela inclusão como ação política, social, cultural e pedagógica foi desencadeada a partir da compreensão inicial que a educação é um direito de

todos, em que todos os alunos devem estar juntos, aprendendo e participando, sem nenhuma discriminação e a educação passa a ser vista como um direito de todos.

Segundo Costa (2010)

incluir não é apenas garantir o acesso à educação através de legislações específicas é, sobretudo, promover o desenvolvimento pleno das habilidades e capacidades, respeitando suas limitações, a fim de que esse indivíduo tenha condições de prosseguir na sua formação pessoal e profissional.

A legislação também torna obrigatório que os profissionais que atuam nas escolas de ensino regular estejam preparados para ajudar alunos com necessidades especiais a se integrarem nas classes comuns. Segundo o Ministério da Educação e Cultura (MEC) (2008), no Brasil o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi - 1926, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que definem, por meio de diagnósticos, as práticas escolares para os alunos com deficiência. (MEC, 2008).

A criação destas instituições para atendimento as pessoas com deficiência fizeram com que as mesmas tivessem direito a educação através das escolas especiais. Porém, o artigo 206, Inciso I da Constituição Federal/88, determinou, como um dos princípios para o ensino, “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988, p. 136). Na mesma seção, o Art. 208, Inciso III, cita como dever do Estado o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, p.137) condição que também consta no artigo 54 do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Assim, a escola regular passou a receber alunos que antes apenas frequentavam a escolas especializadas em atendimento a crianças com alguma deficiência. Ou seja, toda a criança tem direito a frequentar as instituições de ensino comuns e é dever dos professores elaborar e aplicar atividades que levem em conta as necessidades específicas de cada uma. Ao reconhecer as dificuldades enfrentadas nessa integração e com o intuito de criar alternativas para superá-las, em 1994 o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial implantou a Política Nacional de Educação Especial (PNEE) na Perspectiva da Educação Inclusiva, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas que promovessem a educação de qualidade para todos os alunos como um direito.

Segundo o MEC (2008, p.7) a PNEE “orienta o processo de ‘integração instrucional’ que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que "(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais”.

Para Staimback e Staimback (1999 APUD VILLELA et al., 2013):

as amizades conquistadas pelos alunos em um ambiente inclusivo podem auxiliá-los a se sentirem realmente membros de suas comunidades e a terem oportunidade de aprender o respeito, o interesse e o apoio mútuo em uma sociedade inclusiva, ao mesmo tempo em que aprendem habilidades acadêmicas. Assim, para os autores, a possibilidade de os alunos experienciarem e compreenderem a diversidade de uma comunidade propícia a construção de comunidades seguras e protetoras que evitam a exclusão pelo isolamento de indivíduos ou grupos.

O Estado de Santa Catarina dispõe para a rede pública de ensino de um segundo professor para as classes de inclusão, quando as aprendizagens diferem muito umas das outras e não podem ser atendidos por um único professor. Na rede escolar do Estado existem mais de dez mil alunos da educação especial matriculados e, para estes, mais de cinco mil professores contratados. Porém, conforme pesquisa apresentada por Cunha & Siebert (2009), os docentes possuem uma visão equivocada sobre a inclusão e o papel do segundo professor. Muitos atuam apenas como acompanhantes dos alunos com necessidades especiais, aplicando atividades diferenciadas e auxiliando-os em suas necessidades fisiológicas, quando deveriam desenvolver um trabalho em parceria entre os demais docentes que atuam na mesma sala de e através desta parceria apoiar o professor regente, adaptando os conteúdos para que os alunos

com necessidades educacionais especiais possam aprender com os mesmos direitos dos demais.

2 O USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) NO ENSINO

Denominada como a era da informação, o século XXI é marcado pelo avanço tecnológico nos mais diversos campos da sociedade. Em consequência a tais mudanças, nos deparamos com situações que demandam o uso de novas tecnologias e que provocam mudanças em nossa maneira de pensar e nos relacionar com as pessoas. Assim, a atividade docente vem se modificando a fim de atender a essas mudanças que atingem a escola, suas formas de transmissão e construção do conhecimento. Atuar nas escolas no século XXI sem levar em consideração o uso e a influência das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no cotidiano da escola, seria, no mínimo, como negar os avanços da sociedade.

As TICs buscam disseminar o uso das tecnologias em diversos ramos de atividades. Segundo Faria (2004) “os procedimentos didáticos, nesta nova realidade, devem privilegiar a construção coletiva dos conhecimentos, mediados pela tecnologia, na qual o professor é um partícipe proativo que intermedia e orienta esta construção”.

Valente (1999 APUD FARIA, 2004) menciona que o uso das tecnologias:

trata-se de uma inovação pedagógica fundamentada no construtivismo sociointeracionista que, com os recursos da informática, levará o educador a ter muito mais oportunidade de compreender os processos mentais, os conceitos e as estratégias utilizadas pelo aluno e, com esse conhecimento, mediar e contribuir de maneira mais efetiva nesse processo de construção do conhecimento.

A figura 1 abaixo, Tornaghi et al. (2010 APUD SALGADO, 2003), representa a dimensão da identidade docente que os professores nos dias atuais precisam ter.

Figura 1 – Competências do professor



Fonte: Tornaghi et al. (2010 apud Salgado, 2003).

Na rede pública de ensino as tecnologias são introduzidas nas escolas através de Políticas Públicas de Inclusão Digital, promovidas pelo Governo Federal, por meio do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo). Programa este que tem como objetivo promover o uso pedagógico das tecnologias de informática e comunicações (TICs) na rede pública de ensino fundamental e médio. Porém, as tecnologias inseridas atualmente nas escolas são muito antigas e revelam-se desatualizadas. O programa existente não acompanha a dinâmica do desenvolvimento da tecnologia atual, o que muitas vezes limita as possibilidades de uso de forma mais efetiva.

O Estado de Santa Catarina possui em cada escola de sua rede um Laboratório de Informática com um Professor Orientador de Tecnologia Educacional. Cita Pereira (2011) que as obrigações destes profissionais são de acompanhar, orientar e auxiliar os trabalhos dos

professores em aula com turmas de alunos, alunos individualmente no contra turno, professores durante hora atividade e outras atividades desenvolvidas na sala informatizada.

Não poderíamos pensar na escola sem o uso das TICs, embora não tenhamos acesso a o que há de mais moderno, de uma maneira ou de outra, o que está disponível melhora o processo de aprendizagem e de ensino, sem sombra de dúvidas. As TICs na escola, assim como dinamizam a vida cotidiana, atrelada ao sistema de produção que torna o tempo um elemento precioso, contribuem significativamente para o processo de ensino e aprendizagem.

“[...] servem como mediadores do homem com seu meio, refletindo a essência humana de mediatizar suas relações pelo uso de ferramentas e signos. E nesse processo de mediatização torna-se possível ampliar a compreensão sobre o mundo e as possibilidades de intervenção” (RAMOS, 2011, p. 47).

O uso das tecnologias pode oferecer muitas contribuições às práticas comunicativas na escola e ao processo de ensino aprendizagem, dentre elas, a aprendizagem colaborativa através das redes de aprendizagem e inovação, estimulando a interação entre alunos. Outra contribuição, segundo Ramos (2011, p. 50) é “[...] a formação de um aluno capaz de apropriar-se do conhecimento científico produzido; atuar ativamente e criticamente no seu contexto social [...]”.

A expansão dos tempos e dos espaços de aprendizagem também é uma importante contribuição do uso das tecnologias na dinamização do processo de ensino e aprendizagem, bem como a velocidade da informação contextualizada com a ânsia de aprender, de acessar informações e interagir. Um exemplo é a oferta de cursos em espaços virtuais de aprendizagem, com ambientes de aprendizagem, que otimizam o tempo e os espaços de estudo, aperfeiçoamento e formação continuada a quem atua nas escolas.

Um elemento causador de entraves no uso das novas tecnologias no processo de ensino e aprendizagem nas escolas encontra-se na falta de preparação e formação dos professores para trabalhar com essas tecnologias da educação a favor da aprendizagem. O profissional da educação resistindo em utilizar equipamentos que permeiam o cotidiano dos adolescentes, abre mão de recursos que dinamizam o ensino, envolvendo o estudante em atividades de seu interesse, usando sua linguagem e oportunizando possibilidades de participação na organização do trabalho em sala de aula.

3 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Nos últimos anos temos acompanhado a educação como caminho certo para o desenvolvimento do país, e aos mesmos passos temos de estar atentos quanto a formação de professores sendo este o fator de grande relevância para a preparação de cidadãos conscientes, críticos e atuantes. Nesta escala de tempo, também cada vez mais se tem como base o desenvolvimento destes profissionais, com a finalidade dos professores refletirem constantemente sobre suas práticas diárias.

Tendo por base uma formação bem estruturada ao longo deste processo, a formação continuada possibilita ao docente a aquisição de conhecimentos específicos da profissão, se tornando assim seres mais capacitados a atender as exigências impostas pela sociedade contemporânea, exigências estas que se modificam constantemente, tendo então o educador que estar constantemente atualizado. Pois, conforme, Sousa (2008, p.42):

Ser professor, hoje, significa não somente ensinar determinados conteúdos, mas sobretudo um ser educador comprometido com as transformações da sociedade, oportunizando aos alunos o exercício dos direitos básicos à cidadania.

Os assuntos até aqui abordados, seja na inclusão de alunos com necessidades especiais ou no uso das diversas tecnologias no ensino, nos deixam claro as consideráveis mudanças ocorridas na educação. Sendo assim, a importância da formação constante do professor é fator fundamental no processo de ensino e aprendizagem.

Segundo Placco & Silva (2006 APUD PARENTE et al. 2015) a formação continuada “[...] não é compreendida como algo que ocorra esporadicamente no decorrer da vida docente, mas agora é vista como uma das múltiplas dimensões que constituem a formação docente desde a sua graduação ao longo de sua vida profissional”

A formação do professor deve ser um processo contínuo, que perpassa sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio. É fundamental considerar e valorizar o saber de todos os profissionais da educação no processo de inclusão. Não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de Educação estes profissionais têm-se dedicado. Trata-se de desencadear um processo coletivo que busque compreender os motivos pelos quais muitas crianças e adolescentes também não conseguem encontrar um “lugar” na escola. (PAULON et al., 2005).

Ainda Paulon (2005) cita que é imprescindível investir na criação de uma política de formação continuada para os profissionais da educação. A partir dessa, seria possível a abertura de espaços de reflexão e escuta sistemática entre grupos interdisciplinares e interinstitucionais, dispostos a acompanhar, sustentar e interagir com o corpo docente.

Frente a tantos desafios impostos pela dinâmica da sociedade atual, a formação continuada passa a ser uma necessidade que envolve tanto aspectos profissionais como pessoais. Esta representa um grande desafio aos educadores no contexto atual, uma vez que torna-se necessário ao docente refletir sobre sua prática educacional, sobre sua docência, já que é através do processo reflexivo que perceberá a necessidade de estar buscando sempre a qualificação no intuito de melhorar sua prática docente e seu conhecimento profissional.

4 CONCLUSÃO

O presente artigo teve por base refletir sobre temas que envolvem os principais desafios da formação docente no século que hora vivenciamos. Se tratando de escola e com ele o conjunto dos sistemas educacionais como um todo é possível criarmos a convicção que ambas não podem continuar a reproduzir ou até mesmo acentuar as diferenças que são encontradas. No século XXI almeja-se uma educação crítica, emancipatória, mas a cima de tudo voltada para a formação de cidadãos conscientes e que possam construir verdadeiramente uma sociedade igualitária.

A falta da prática, por exemplo, do “trabalhar a inclusão” diante das classes, e o “saber” trabalhar com alunos com alguma deficiência possa estar relacionado ao desconhecimento das bases legais da educação inclusiva por parte dos professores. Legalmente entende-se que deve ser trabalhado de maneira inclusiva, portanto, o professor deveria buscar subsídios para isto, da mesma forma que o faz ao elaborar seus planos de aula voltados aos alunos considerados normais.

Se tratando das tecnologias, podemos afirmar que é essencial para a formação do professor capacitar-se para tal, pois elas estão em constante atualização, e acredita-se, que o aluno é o grande entusiasta do seu próprio processo e tempo de aprendizagem. Importante também considerar a necessidade do professor analisar e contribuir para o uso adequado destes recursos disponíveis para os educandos, de forma que os mesmos possam usá-las da

melhor forma possível para a qual foram designadas. Porém, é importante frisar que mesmo com o advento tecnológico na era da informática e da robótica, o professor indiscutivelmente ocupa lugar de destaque, pois sua existência tornou possível a humanidade dominar, manusear e fazer existir a “máquina” computador.

Diante destes temas percebe-se que o professor sozinho, qualificando-se, refletindo sua prática e buscando constante atualização, não alcançará o ideal de uma educação emancipatória e mais adequada às exigências do presente século, uma vez que encontrará barreiras burocráticas, infra estruturais e pedagógicas diante de suas ações. O mundo está cada vez mais conectado, em tempo real, e essa é a tendência da evolução da humanidade cada vez mais focada no compartilhamento de informações, comunicação e formações nos mais diversos âmbitos educacionais.

Essa pesquisa buscou aporte teórico para melhor compreender as nuances da formação do educador, onde percebe-se a necessidade de uma prática pedagógica pautada na reflexividade e constante atualização do corpo docente para a constituição de uma escola que beneficie a toda comunidade escolar, comprometida com seu tempo e seu espaço.

ABSTRACT

The implementation of changes as the acceptance of innovations on education are processes that have resistances, which have been built for years and apparently, are conflicting and insuperable. Thus, this article aims to reflect the difficulty of teacher education on twenty-first century before the inclusion of educational scenarios through public policies of access and the constant changes in society brought by technological development reflected at school. Also, briefly but objective, reinforces the importance of an effective continue education for different generations of teachers to overcome the challenge of a world in constant transformation and the rise of new student's values.

KEYWORDS: Change, educational inclusion, technology in education, teacher training.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 464 p.

COSTA, Kátia Regina L. **Caminhos da Inclusão: De onde viemos e para onde vamos?** Disponível em: < http://educonse.com.br/2010/eixo_11/e11-33.pdf> Acesso em: 15 ago. 2015.

CUNHA, Cinara Marli da; SIEBERT, Emanuele Cristina. **Bidocência: inclusão ou exclusão dos alunos com necessidades especiais?** Disponível em: < http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2540_1267.pdf> Acesso em: 15 ago. 2015.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. São Paulo: Cortez, 1991. Disponível em < <http://www.inf.ufes.br/~falbo/files/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>> Acesso em: 17 set. 2015.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. Disponível em < <http://www.inf.ufes.br/~falbo/files/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>> Acesso em: 17 set. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999. Disponível em < <http://www.inf.ufes.br/~falbo/files/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>> Acesso em: 17 set. 2015.

MEC; Ministério da Educação. **Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva**. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2015.

PARENTE, Cláudia da Mota Darós; VALLE, Luiza Elena L. Ribeiro do; MATTOS, Maria José Viana Marinho de. **A formação de professores e seus desafios frente às mudanças sociais, políticas e tecnológicas**. 1.ed. Porto Alegre: Penso, 2015.

PAULON, Simone Mainieri; FREITAS, Lia Beatriz de Lucca; PINHO, Gerson Smiech. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticadeinclusao.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2015.

PEREIRA, Marcia Cristina. **Funções Professor Orientador Tecnologia Educacional**. Disponível em: < <http://pt.slideshare.net/MariaCristinaPereira/funes-professor-orientador-tecnologia-educacional>> Acesso em: 16 ago. 2015.

RAMOS, D. K. **As Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação: Reprodução ou Transformação?** In: **Educação Temática Digital**, Campinas, v.13, n.1, p.44-62, jul./dez. 2011 – ISSN 1676-2592.

SOUSA, Maria Goreti da Silva. **A formação continuada e suas contribuições para a profissionalização de professores dos anos iniciais do ensino fundamental.** Piauí, p.42, 2008.

TORNAGHI, Alberto José da Costa; PRADO, Maria Elisabette Brisola Brito; ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. **Tecnologias na Educação: ensinando e aprendendo com as TIC.** Disponível em: <
<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000011620.pdf>> Acesso em: 16 ago. 2015.

VILLELA, Tereza Cristina Rodrigues; LOPES, Silvia Carla; GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello. **Os desafios da inclusão escolar no Século XXI.** Disponível em: <
<http://www.bengalalegal.com/desafios>> Acesso em: 15 ago. 2015.